

AIDA BRANCO PIRES ALVES, MARIA DE JESUS PEIXOTO
& SANDRA MARIA FERREIRA ESTÊVÃO RODRIGUES

aida.alves@blcs.pt; maria.peixoto@blcs.pt; sandra.rodrigues@blcs.pt

**BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA – UNIDADE DIFERENCIADA DA
UNIVERSIDADE DO MINHO, EM PROTOCOLO COM O MUNICÍPIO DE BRAGA**

AS BOAS PRÁTICAS DA BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA COMO ESPAÇO PÚBLICO INCLUSIVO

RESUMO:

O presente artigo pretende expor as práticas levadas a cabo pela Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga, no desenvolvimento de diferentes literacias na comunidade local. Sabemos que estas importantes literacias ajudam a aumentar os níveis de informação e conhecimento, a desenvolver o pensamento crítico e a combater a infoexclusão.

Articulada com a educação dos cidadãos, a educação não-formal volta-se para a formação de cidadãos livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres. A Biblioteca funciona como espaço público de inclusão e de cidadania.

Apresentam-se neste artigo casos de boas práticas levadas a cabo na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, dando destaque ao serviço Biblioteca no Apoio à Inclusão, o qual foca as suas iniciativas nas pessoas com necessidades especiais.

As ações desenvolvidas na Biblioteca passam pelo acolhimento e atendimento personalizado a este público, pela disponibilização e formação em equipamentos e *softwares* que apoiam o desenvolvimento de competências de escrita, de leitura, em formatos digitais multimédia.

O serviço Biblioteca no Apoio à Inclusão contribui para a construção de espaços de socialização e integração de saberes, desenvolvimento de capacidades comunicativas e de autonomização. Para estas ações exigem-se recursos e equipamentos específicos (tecnologias de apoio), bem como pessoal qualificado. Para que tal seja possível, é premente proporcionar espaços de reflexão e sensibilização junto da comunidade científica e técnica para mostrar que as bibliotecas são e podem ser ainda mais espaços inclusivos, desde que desenvolvido o seu potencial educador, fortalecido o seu papel social e reforçadas as redes de parceria.

Todos os cidadãos são desafiados nas bibliotecas à promoção de uma educação cidadã, participativa e emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca pública; serviço público inclusivo; educação não formal; literacia digital

De acordo com o Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas (1994, p. 1), “a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.”

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O SEU ÂMBITO DE AÇÃO

A palavra biblioteca tem origem na junção de dois vocábulos gregos, *biblion* (livro) e *theca* (depósito). Significa, assim, literalmente, *depósito de livros*. O vocábulo é arcaico e redutor, pois, desde há muito tempo que as bibliotecas deixaram de servir de depósitos passivos da palavra escrita. As bibliotecas, na atualidade, extravasam muito este conceito e são unidades orgânicas, funcionais, verdadeiros organismos vivos que nascem, crescem e...não morrem, mas sim evoluem, transformam-se e perpetuam-se.

Os livros, apesar de manterem o seu papel de destaque nas bibliotecas, há muito que deixaram de ser o seu protagonista. Algumas palavras-chave que as representam são *acessibilidade, informação, comunicação, conhecimento, socialização e integração*. Qualquer veículo, modo ou meio de transmitir informação e comunicar com o indivíduo é alvo de interesse por parte de uma biblioteca. Proporcionar aos seus utentes informação vasta, fidedigna e facilmente localizável, e saber comunicar de forma atrativa por diferentes canais, deve ser o *core business* destas instituições. As bibliotecas oferecem, hoje em dia, várias formas de aceder à informação, não descurando as novas tendências de armazenamento, busca e recuperação que as sempre novas tecnologias nos oferecem. E hoje em dia, a própria recuperação de informação não alude apenas a um caminho para a informação armazenada num qualquer suporte, analógico ou digital. O próprio conceito de informação também mudou, ela pode ser fixa e imutável (contida em documentos clássicos) ou existir apenas fugazmente, sendo permanentemente atualizada e transmutando-se (por exemplo, na *web*). Assim, as bibliotecas não armazenam, neste momento, toda a informação que disponibilizam aos seus utentes. O seu espólio, ainda que possa ser vasto, é apenas uma pequena parte da informação pesquisável e consultável. A maior parte da informação existe virtualmente e pode ser acedida de formas muito diversas. O desafio maior das bibliotecas é proporcionar aos seus utentes esses acessos, de modo informado e responsável. Mas também formar. Formar nas novas tecnologias, formar e informar acerca dos perigos e benefícios da informação que hoje não se restringe a um espaço fechado e controlável e contribuir para formar cidadãos com valores

éticos e morais, maior capacidade de pensamento crítico e de participação cidadã.

Esta explosão de informação e os múltiplos meios de a aceder trouxeram novos utentes para as bibliotecas. Não são já o lugar favorito de bibliófilos e gente que gosta de ler, mas antes verdadeiros espaços democráticos e ecléticos onde a informação, séria, ligeira ou apenas divertida, é pesquisada por qualquer um. Além disso, nas bibliotecas também se produz informação. As bibliotecas, assim, deixaram de ser apenas depósitos de informação para serem elas próprias produtoras de informação. É esta dinâmica que torna as bibliotecas em centros privilegiados de acesso, produção e divulgação de informação.

Longe vão os tempos da biblioteca de Alexandria, onde o poder das bibliotecas se media pelo número de volumes armazenados. A biblioteca pública é atualmente considerada como centro cultural, local do conhecimento, articulador do processo de educação-cultura, que complementa o processo ensino-aprendizagem do indivíduo ao longo de toda uma vida. A biblioteca é a ponte entre esse ambiente de aprendizagem e a socialização por processos educativos e culturais.

É importante, ainda, realçar o papel social das bibliotecas públicas, pois numa sociedade com evidentes e crescentes desigualdades de condição social e económica, a biblioteca proporciona a igualdade de acesso a serviços, o equilíbrio de necessidades de informação, a quebra de isolamento social, o combate à solidão, podendo ainda ser potenciadora de valor social e económico. A Biblioteca disponibiliza espaços (físicos e sociais), espaços de entretenimento, de integração social, com distintos recursos, acompanhados de profissionais que contribuem para o contacto personalizado e orientado.

Como organismos vivos, as bibliotecas têm de ser alimentadas e, o investimento que se faz nestas instituições pluridisciplinares, não deve constituir um peso na economia das sociedades, mas antes um ganho expressivo na evolução das mesmas, no crescimento do seu grau civilizacional e na expansão da informação e cultura a todos.

Segundo diversas fontes, atualmente existem vários desafios que se colocam às bibliotecas públicas, dos quais aqui se destacam:

1. a necessidade de fazer um equilíbrio entre serviços tradicionais e os serviços digitais/ virtuais e promover a educação para os *media* para todos os segmentos de público, capacitando-os no uso da informação multimédia;

2. levar a cabo o desenvolvimento de coleções digitais, articulando permanentemente com as necessidades do utilizador, ou antevendo algumas das necessidades de informação. Para isso devem proceder à implementação de sistemas de armazenamento e preservação digital (como por exemplo o serviço agregador RNOD/BN – Registo Nacional de Objetos Digitais da Biblioteca Nacional).

NECESSIDADES ESPECIAIS, DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Por vezes, falamos em necessidades especiais ou necessidades educativas especiais referindo-nos às pessoas com deficiência. O termo “educativas” refere-se ao contexto em que as necessidades especiais são observadas (Rodrigues, 2003). Quem tem necessidades especiais não terá obrigatoriamente uma deficiência. No entanto, as pessoas com deficiência têm geralmente um conjunto de necessidades especiais, nomeadamente em contexto educativo.

Na *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* da Organização Mundial de Saúde, que veio substituir a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (*Handicaps*), as deficiências são consideradas “problemas nas funções ou na estrutura do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (Organização Mundial da Saúde & Direção-Geral da Saúde, 2004, p. 13). As *funções do corpo* são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas).

Geralmente, quando falamos em deficiências, pensamos nas físicas, sensoriais e mentais. No primeiro grupo, estão englobadas as deficiências motoras propriamente ditas (quer sejam ou não causadas por afeções cerebrais, como é o caso da paralisia cerebral) e as deficiências devidas à doença (também chamadas deficiências orgânicas, sendo disso exemplo a insuficiência renal, doença oncológica, entre outras). As deficiências sensoriais englobam as visuais, as auditivas e as que afetam outros canais sensoriais. As mentais dizem respeito a situações em que existe comprometimento do funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo, o que é diferente da doença mental. Esta refere-se a doenças do foro psíquico. Para marcar a diferença, atualmente fala-se em deficiência intelectual ou cognitiva, em vez de deficiência mental.

Ao longo dos tempos, muitos conceitos surgiram para sinalizar quem tinha uma deficiência, tais como: inválidos, impuros, aleijados, incapacitados, deficientes, entre outros (Allué, 2003). Procurando-se um conceito menos discriminatório, surgiu o de pessoas portadoras de deficiência,

mas este foi também contestado por trazer consigo a ideia de algo que se transporta, não algo que é uma característica da pessoa, e que pode ser relacionado com contágio (portador de vírus...). Nos nossos dias, utiliza-se a expressão “pessoas com deficiência” ou “com condição de deficiência”.

As alterações dos conceitos e dos modelos face à deficiência (que começaram pelo modelo médico, passaram pelo modelo social para culminarem no designado bio-psico-social) derivam, sobretudo, de uma filosofia social mais centrada no bem-estar do Homem, bem como nos movimentos de vários grupos de pessoas com deficiência, exigindo igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida. No entanto, daí deveria decorrer em paralelo uma mudança de atitudes. Afinal, não será de grande utilidade mudar-se apenas os conceitos, se as atitudes que lhe estão subjacentes não mudarem também (Verdugo, 1995).

É pertinente distinguir o conceito de integração do de inclusão, que espelham paradigmas que suportam as mudanças sociais face a pessoas com deficiência (Rodrigues, 2003; Sassaki, 1997). Após séculos de exclusão social, a integração pressupunha que as pessoas com deficiência deveriam ser preparadas para participar da sociedade e esta limitava-se a aceitar a sua presença. O paradigma da inclusão, defendido desde o final do século passado, implica que a sociedade altera as suas estruturas para receber as pessoas com deficiência. Trata-se de uma mudança revolucionária, ainda a iniciar-se, cujo percurso promete ser longo e difícil.

A BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA (BLCS)

A BLCS serve a população em geral, mas possui um conjunto de serviços prestados a grupos de pessoas com necessidades especiais e de vulnerabilidade social, tais como: pessoas com deficiência, minorias étnicas, grupos mais desfavorecidos socialmente (idosos acamados, sem-abrigo). Como exemplo de iniciativas dirigidas a estes grupos, citam-se o clube de leitura de braille, a leitura domiciliária (quando solicitada) e a biblioterapia, ou seja, a dinamização de atividades de leitura realizadas no Hospital de Braga (nos serviços de oncologia pediátrica e em sessões de hemodiálise), nas juntas de freguesia, centros de dia e lares de idosos.

A biblioteca trabalha diversas literacias junto da população, tais como: a literacia da informação, a literacia digital, a multimédia, a literacia da leitura e da escrita, a alfabetização digital.

Mais do que oferecer uma oferta cultural abrangente, tem a preocupação de uma educação para a cidadania, adequada a todas as faixas

etárias, promovendo saberes e recursos para o exercício pleno dos direitos humanos, noções e práticas de cidadania.

Na BLCS a informação é disponibilizada em múltiplos suportes:

- publicações periódicas em suporte papel;
- livros em suporte papel, a negro;
- publicações periódicas e livros em Braille;
- livros digitais (ebooks, pdf e documento de texto);
- livros em áudio;
- livros em áudio-digital;
- materiais em suporte audiovisual, incluindo com áudio-descrição, legendagem e tradução em Língua Gestual Portuguesa (LGP), considerada a língua materna das pessoas surdas.

Sobre estes suportes, alguns pontos devem ser esclarecidos:

- A BLCS não possui um serviço de produção de materiais em Braille, recorrendo a outras instituições para este efeito (Centro Professor Albuquerque e Castro e Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal – ACAPO);
- Os livros digitais comercializados não são, à partida, universalmente acessíveis, carecendo de algumas adaptações. Todos os materiais de leitura disponibilizados como imagem não são lidos pelos programas de leitura de ecrã para pessoas cegas (incluindo os pdf obtidos por digitalização). Apenas os documentos de texto contemplam a possibilidade de leitura por estas pessoas. Assim, o processo de obtenção de tais materiais implica a digitalização dos mesmos, guardá-los em formato de texto, procedendo-se posteriormente a uma correção dos erros decorrentes do reconhecimento ótico de caracteres;
- Os livros em áudio são aqueles que se conservam em antigas cassetes, há muito desaparecidas do mercado, pelo que atualmente ou são transpostos para áudio-digital ou gravados diretamente neste suporte. Deste processo, resultam ficheiros áudio que podem ser lidos num cd, num leitor de mp3 ou num computador;
- A áudio-descrição e a legendagem a par da LGP deveriam ser elementos indispensáveis em qualquer material audiovisual. A áudio-descrição permite às pessoas cegas saberem o que está a acontecer

em cenas sem diálogos, assim como a legendagem e a tradução para LGP permite às pessoas surdas acompanhar todos os diálogos, ainda que o material em exibição seja na língua do seu país.

As boas práticas da BLCS podem sistematizar-se da seguinte forma:

1. *Acessibilidades físicas.* “Apesar de faltar muito para estarem integralmente cumpridas as normas técnicas do regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e também aos edifícios habitacionais” (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto), existiram já alguns esforços neste sentido. As linhas orientadoras deste decreto-lei refletem-se no fator mobilidade e na sua promoção que “constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas”. Define a adaptação das instalações, dos equipamentos, dos edifícios, dos estabelecimentos e dos seus respetivos espaços abrangentes, já existentes.
Na BLCS existem percursos acessíveis, e um elevador com dimensões apropriadas para cadeiras-de-rodas e com botões marcados em Braille. Quando outras medidas são requeridas para a participação de pessoas com mobilidade reduzida em atividades, solicita-se a intervenção do Município, por exemplo na colocação de rampas móveis para acessos específicos ou a disponibilização de autocarros adaptados.
2. *Aplicação das regras de acessibilidade à informação e à Web.* Aquando da identificação de inacessibilidade à informação veiculada na instituição, são realizadas as conversões e adaptações necessárias para que todos os conteúdos possam ser rececionados e assimilados em igualdade de circunstâncias. No novo sítio *web* da BLCS existe a preocupação de serem implementadas as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 (W3C, s.d). Estas definem como tornar o conteúdo da Web mais acessível para pessoas com deficiência. A acessibilidade abrange uma vasta gama de deficiências, incluindo visual, auditiva, física, da fala, intelectual, da linguagem, da aprendizagem e neurológica. Embora estas diretrizes cubram uma ampla diversidade de situações, não conseguem abarcar as necessidades das pessoas com todos os tipos, graus e combinações de deficiências. Estas diretrizes tornam também o conteúdo da Web mais acessível por pessoas idosas, cujas habilidades estão em constante mudança devido ao envelhecimento, e muitas vezes melhoram a usabilidade para utilizadores em geral. Foram desenvolvidas pelo World Wide Web Consortium (W3C).
3. *Criação do serviço Biblioteca no Apoio à Inclusão – BAI.* Este serviço foi baseado no documento intitulado “Pautas sobre los servicios de las bibliotecas públicas” (Alonso Relinque et al., 2002), apresentado nas Jornadas de Cooperación Bibliotecaria – grupo de trabajo sobre los

Serviços de las Bibliotecas Públicas, em 2002. No mesmo é citada a necessidade da criação de serviços destinados a grupos de pessoas com necessidades especiais. A criação do serviço BAI aconteceu em 2006, respondendo a esta demanda.

O SERVIÇO BAI

Este serviço tem como objetivo fomentar o acesso à leitura e à informação para todos, sem descurar os novos formatos e recursos emergentes.

Tem um programa continuado de iniciativas criativas e inclusivas, em contextos formal e informal.

ENUMERANDO ALGUMAS INICIATIVAS NO ÂMBITO DO BAI:

1. Aquisição e disponibilização de Equipamentos específicos/tecnologias de apoio, nomeadamente: dois Scanners com OCR (*Optical Character Recognition*) com possibilidade de leitura autónoma em áudio; lupa de mesa – permite, colocando-se o material impresso num tabuleiro amovível, ler e escrever num ecrã de grandes dimensões, bem como definir não apenas o grau de ampliação mas também o contraste entre o fundo e a escrita; *softwares* de leitura de ecrã e de ampliação de caracteres – os primeiros permitem o *output* da informação em voz sintetizada ou numa linha Braille, enquanto os segundos possibilitam a manipulação do ecrã para uma melhor leitura - podem ser usados em simultâneo, sobretudo quando o esforço para utilizar a visão a isso obriga; bonecas “Braille” para ensino inicial do Braille.
2. Adaptação de documentos e materiais de leitura. Apesar do espólio de materiais de leitura acessíveis ser ainda escasso, trabalha-se em colaboração com outros serviços para se obterem melhores resultados. Espera-se que num futuro breve, a BLCS tenha possibilidades de investimento em recursos humanos e materiais que permitam uma disponibilização destes materiais em diversos formatos, com qualidade e quantidade mais significativa. O catálogo das existências bibliográficas em suportes alternativos encontra-se disponível através do *site* da Biblioteca.
3. Proporciona formação sobre formas de atendimento e orientação adequadas a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente aos funcionários da biblioteca.
4. Envolve outros parceiros no desenvolvimento de ações inclusivas que apelem a uma nova consciência face à deficiência.

5. Realiza oficinas de Braille para crianças e jovens, bem como cursos para adultos (três edições concretizadas).
6. Realiza *workshops* sobre o tema “Comunicar e auxiliar pessoas com deficiência em diferentes contextos”, quer na própria instituição (cinco edições à data do presente artigo), quer em escolas (uma sessão por convite, prevendo-se outras no início do próximo ano letivo).
7. Promove um clube de leitura no qual integra pessoas com deficiência visual, adequando os suportes de leitura para o efeito; desde outubro de 2016, tem sido realizado um clube de leitura com os sócios da Delegação de Braga da ACAPO que integram o Grupo de Apoio à Reabilitação (cerca de 20 pessoas). É proposto um livro ou conto que na sessão será debatido. Já foi possível, em duas ocasiões, a presença dos autores nas sessões.
8. Em 2016, foi organizada, em parceria com várias instituições, a 1.^a “Semana da Inclusão”, durante a qual se pretendeu refletir e debater a inclusão, os seus desafios e caminhos (de 25/11 a 03/12). Os parceiros das múltiplas iniciativas foram as Delegações de Braga da ACAPO e da APD (Associação Portuguesa de Deficientes), a Associação Pais em Rede – Braga, a CERCI Braga, o Agrupamento de Escolas D. Maria II – Escola de Referência para alunos surdos, e o Agrupamento de Escolas de Maximinos – Escola de Referência para alunos cegos e com baixa visão. Durante esta semana, cerca de 110 Pessoas com deficiência e incapacidade, provenientes das instituições citadas, realizaram ou participaram em atividades socialmente úteis ou individualmente satisfatórias.
9. Organizou vários seminários sobre o tema da deficiência e da acessibilidade.
10. Realiza visitas guiadas com percursos acessíveis, se necessário traduzidas na LGP, e formação para a utilização dos equipamentos.
11. Gravou um vídeo no qual são mostrados os espaços da biblioteca, o qual está traduzido em LGP.
12. Elaborou a ementa do bar em Braille.
13. Faz-se representar em seminários e congressos para apresentar o serviço BAI e, de alguma forma, chamar a atenção para a necessidade das bibliotecas se tornarem cada vez mais inclusivas.

PREOCUPAÇÕES / DIFICULDADES

Evidentemente, do que se expôs até agora, persistem preocupações e dificuldades para as quais se trabalha tendo em vista a sua minimização:

1. Aspectos legais da leitura domiciliária. Perante a inexistência de um enquadramento legal para esta atividade levada a cabo por bibliotecas, a leitura domiciliária pode ser realizada quando solicitada, ao abrigo de um serviço de ação social das autarquias, ou da Segurança Social, ou ainda do Ministério da Saúde.
2. O acolhimento sistemático de utilizadores que “vivem” nas bibliotecas. Diariamente, verifica-se uma afluência de visitantes que passam o seu dia na BLCS, tal como sabemos ocorrer em muitas outras bibliotecas. Estas pessoas, claramente desfavorecidas do ponto de vista económico e social (por motivo de desemprego ou de aposentação fundamentalmente), utilizam estes espaços para se abrigarem ou para se distraírem de uma vida de ócio. Infelizmente, não existe uma resposta imediata e eficaz da rede social de parceiros municipais que permita o seu encaminhamento para uma atividade profissional ou ocupacional. A Biblioteca vai monitorizando os casos mais problemáticos de fome e doença, encaminhando para instituições de apoio social.
3. Ausência de políticas consistentes de promoção do mercado digital por parte das editoras e do Governo que contemplem todas as necessidades de acesso à informação e de leitura por parte de pessoas com deficiência. Existem cada vez mais bibliotecas públicas a integrar serviços de leitura especial, isto é, serviços que produzem e/ou disponibilizam livros em formatos ditos acessíveis, nomeadamente, em Braille, em áudio e em documento informático. Estes destinam-se prioritariamente a pessoas com deficiências visuais. Por comparação ao espólio dos ditos livros a negro, estes materiais são ainda em número muito reduzido, sendo que o leitor terá de esperar a sua adaptação, o que pode levar um tempo mais ou menos longo. A limitação do público com acesso a estes materiais é imposta pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, artigo 80º (Processo Braille). Será sempre permitida a reprodução ou qualquer espécie de utilização, pelo processo Braille ou outro destinado a cegos, de obras licitamente publicadas, contando que essa reprodução ou utilização não obedeça a intuito lucrativo. Ficam assim de fora todos aqueles que por incapacidade de utilização dos membros superiores, bem como pessoas com dislexia e disortografia (que em muito beneficiariam dos documentos áudio e digitais).

O Tratado de Marraquexe, assinado a 27 de julho de 2013 pelos 186 países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), poderá proporcionar um acesso à leitura muito mais

alargado, quer em termos numéricos, quer de público-alvo. Para que tal seja possível, é necessária a adesão/ratificação pela União Europeia.

4. Ausência de financiamento e de apoio governamental adequado e suficiente para o desenvolvimento sustentável das bibliotecas públicas. A inexistência de programas de financiamento que permitam às bibliotecas públicas todas as adaptações necessárias para serem inclusivas, uma vez que por parte dos municípios ele é praticamente inexistente, inviabiliza todo um conjunto de medidas para a concretização de tal objetivo. Quer as adaptações físicas, quer a aquisição de equipamentos específicos, quer ainda a criação de plataformas de disponibilização de *ebooks* acessíveis, são iniciativas de elevados custos que as bibliotecas públicas não possuem condições de suportar. Assim, só uma política consistente de apoio a medidas inclusivas poderá permitir aquilo que, por este e outros motivos, muitos designam como uma utopia.

A CAMINHO DO FUTURO

As perspetivas para o futuro da BLCS e do seu serviço BAI incluem:

1. Apostar cada vez mais na literacia da informação e das tecnologias, abrangendo diversos públicos.
2. Aumentar o acervo de materiais em suportes alternativos. Este objetivo está de forma direta dependente do problema do financiamento atrás mencionado, bem como dos problemas legais inerentes à disponibilização destes materiais e ainda com a necessidade de uma base de dados (ou repositório) nacional que integre os materiais adaptados por todos os serviços produtores (municipais, académicos, entre outros), evitando-se desperdício de recursos na duplicação de trabalho.
3. Atualizar os equipamentos específicos / tecnologias de apoio de acesso à informação para pessoas com deficiência. Com a diversidade de problemáticas e de tecnologias de apoio hoje ao dispor, é fundamental, por um lado, ter em atenção todos os públicos com dificuldades no acesso à informação e, por outro, fazer boas escolhas nos equipamentos a disponibilizar. A partilha de recursos entre instituições pode contribuir largamente para aliviar a sobrecarga económica que tal implica.
4. Alargar o âmbito dos clubes de leitura com instituições de apoio a pessoas com necessidades especiais. A BLCS está a empenhar-se para que, num futuro próximo, o clube de leitura seja extensível a outros públicos. Uma vez que o grupo da ACAPO apresenta particularidades

de acesso à leitura (devido à sua cegueira tardia, na maior parte dos casos) e/ou poucos conhecimentos ou recursos nos meios de leitura alternativa), e também porque um número muito elevado de participantes numa mesma sessão minimiza a possibilidade de uma partilha mais aprofundada, talvez possa ser uma mais valia organizar outros grupos com escolhas literárias diferentes para cada um.

5. Desenvolver novas parcerias institucionais. À semelhança do que aconteceu para pôr em marcha a semana da inclusão, é crucial que as instituições que trabalham para esta causa comum complementem os seus esforços na perspetiva de resultados melhores e mais abrangentes.
6. Organização de eventos técnico-científicos em torno dos temas da deficiência e da inclusão. Tal como se verificou no seminário realizado no 1º dia da semana da inclusão, é do interesse de todos (instituições e utentes) discutir, refletir e definir-se estratégias de ação para que as iniciativas no caminho para a inclusão sejam cada vez mais efetivas.
7. Recurso aos média, bem como ao sítio web da BLCS, como canais sensibilizadores e informadores para a desmistificação da deficiência e para a implementação de boas práticas por parte do público em geral.
8. Organização de atividades multi-sensoriais, isto é, que promovam a exploração de todos os canais sensoriais no conhecimento e na aprendizagem.
9. Privilegiar públicos cada vez mais diversificados que apresentem necessidades especiais. Uma vez que, até ao momento, o serviço BAI se ter dedicado mais à inclusão de pessoas com deficiência, considerando a diversidade cada vez maior do público que frequenta a biblioteca, é imperativo desenvolver ações também diversificadas e direcionadas a cada público particular.

CONCLUSÕES

Os objetivos a alcançar passam pela primazia da funcionalidade, sem descurar a incapacidade, isto é, proporcionar os recursos técnicos para que cada um possa mostrar as suas potencialidades, não se exigindo o que estiver para além disso. Não se trata de uma abordagem paternalista ou caritativa, trata-se de dar espaço aos limites e às possibilidades de cada um, para que a inclusão deixe de ser um sonho, uma utopia, um pseudo-paradigma e seja assumida como uma meta a alcançar por todos, de todos e para todos.

Acreditamos que só através da junção de esforços por parte das instituições com objetivos comuns poderá conduzir a mudanças políticas e sociais que tornem possível a meta da inclusão. Estes esforços conjuntos poderão ainda proporcionar uma visão mais realista das pessoas com necessidades especiais, em geral, e das pessoas com deficiência, em particular. A visibilidade destas realidades poderá orientar para as medidas adequadas tendo em vista cada grupo específico.

No tocante às bibliotecas de leitura pública, o apoio à educação formal e informal, bem como o estímulo de uma maior e consciente participação cidadã, é hoje uma efetiva realidade que melhor se consubstanciará havendo a sensibilidade e o apoio de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allué, M. (2003). *Discapitados: La reivindicación de la igualdad en la diferencia*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Alonso Relinque et al. (2002). *Pautas sobre los servicios de las bibliotecas públicas*. Retirado de http://travesia.mcu.es/portaln/jsui/bitstream/10421/369/1/pautas_servicios.pdf
- IFLA/Unesco (1994). Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas. Retirado de <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>
- Organização Mundial da Saúde & Direção-Geral da Saúde (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Retirado de <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/documentos-para-download/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif.aspx>
- Rodrigues, D. (2003). Educação Inclusiva. As boas notícias e as más notícias. In D. Rodrigues (Ed.), *Perspectivas sobre a inclusão: da Educação à Sociedade* (pp. 89-103). Porto: Porto Editora.
- Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Verdugo, M. A. (1995). Personas con deficiencias, discapacidades y minusvalías. In M. A. Verdugo Alonso (Dir.), *Personas con discapacidad – Perspectivas psicopedagógicas y rehabilitadoras*, 1 (pp. 1-35). Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.

W3C (s.d.). How WAI Develops Accessibility Guidelines through the W3C Process: Milestones and Opportunities to Contribute. Retirado de <http://www.w3.org/WAI/intro/w3c-process.php>

OUTRAS REFERÊNCIAS

Código do direito de autor e dos direitos conexos (2008). Retirado de https://www.spautores.pt/assets_live/165/codigododireitodeautorcdadclei162008.pdf

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, República Portuguesa.

Citação:

Alves, A. B. P.; Peixoto, M. J. & Rodrigues, S. M. F. E. (2017). As boas práticas da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva como espaço público inclusivo. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 50-63). Braga: CECS.